

A TENTAÇÃO DA DIVERSIDADE – E SEUS RISCOS*

JENS QVORTRUP**

RESUMO: Este texto busca discutir duas abordagens propostas pelos estudos sociais sobre a infância: a primeira passa pela diversidade e, portanto, pelo uso das categorias clássicas da sociologia – classe, gênero e etnia – para delimitar a infância como objeto de pesquisa; e a outra, defendida pelo autor, prioriza a categoria geracional nos estudos sobre a infância. A argumentação aproxima as vertentes neoliberais e as perspectivas pós-modernas e pós-estruturais para mostrar seus efeitos sobre as políticas e os estudos da infância. De fato, o autor recupera análises para indicar os riscos apresentados pela abordagem pautada pela diversidade na pesquisa sobre a infância.

Palavras-chave: Infância. Diversidade. Abordagem metodológica. Categoria geracional. Pesquisa.

DIVERSITY'S TEMPTATION – AND HAZARDS

ABSTRACT: The aim of the paper is to discuss two approaches proposed by the social studies of childhood: one related to diversity, and the use of classical categories of sociology – class, gender and ethnicity – to the delimitation of childhood as research subject; another, recommended by the author, which prioritizes the generational category in studies of childhood. The argument presents the similarity between neo-liberal strands and post-modern and post-structural perspectives to advice about their effects on

* Artigo apresentado na II Conferência Internacional “Re-apresentando Infância e Juventude”, no Centro de Estudos da Infância e Juventude, Universidade de Sheffield, 2008. Tradução de Maria Letícia Nascimento.

** Doutor em Sociologia e professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política, Norwegian University for Science and Technology (NTNU), Trondheim (Noruega). *E-mail:* Jens.Qvortrup@svt.ntnu.no

politics and studies of childhood. In this case, the author refers some analysis to indicate the risks into diversity's approach in research on childhood.

Key words: Childhood. Diversity. Methodological approach. Generational category. Research.

Hoje em dia, tanto leigos quanto estudiosos sentem um fascínio por nuances, variações e mudanças sempre renovadas em um mundo reconhecido como cada vez mais complexo e diverso e tendem a procurá-las. Falo em *tentação da diversidade* porque o termo transmite uma indiscutível aura positiva. Isto também vale para a nossa natureza que, infelizmente, na esteira do desenvolvimento econômico e da exploração de seus recursos, está sujeita a uma constante perda de diversidade, o que é certamente o oposto do que queremos. Ninguém, em sã consciência, pode ser contra a obtenção de diferentes informações sobre a nossa rica natureza, nem mesmo Carl von Linné, o mestre da taxonomia e classificação, que sabia que maçãs e peras eram diferentes, sim, mas também que pertenciam à mesma classe ou ordem.

Pode-se mesmo afirmar que é louvável buscar novas informações, pois se trata de um esforço necessário para descobrir o mundo e a verdade, talvez. Entretanto, uma citação de T. S. Eliot nos chama a atenção: “Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento; onde está o conhecimento que perdemos na informação?”

Diversidade é uma palavra positiva, que combina com outras palavras positivas como democracia, pluralismo, tolerância, respeito pela diferença, flexibilidade e assim por diante. Na Noruega, existe até um Ministério da Diversidade. Gosto da tentação pelo uso da palavra, mas há *riscos* relacionados ao seu sentido etimológico afim: divertir.

Em razão da nossa insaciável busca por novas informações, tudo parece, paradoxalmente, ter se tornado excepcionalmente muito mais complicado. Não ouvimos constantemente que o mundo se tornou mais complexo? Que o fenômeno, qualquer um, não é simples? Todos os pesquisadores, sem exceção, reconhecem que os seus objetos são mais complicados do que costumavam ser. Quase nos compadecemos daqueles que, lastimando as complexidades, tomam para si o encargo

de adentrar este mundo plural e bizantino. Ideias antiquadas de parcimônia já estão longe, e parecem, de fato, ser antiquadas.

Porque tudo o que é verdadeiro e atraente é também irresistível – e nós não queremos ser simplistas, não é? Queremos retratar o mundo e nosso objeto de pesquisa em toda a complexidade e diversidade, porque essa é a verdade. No entanto, como disse anteriormente, não é tão simples assim. Sabemos o que é a verdade ou, talvez, haja verdades concorrentes? Ou estarei completamente equivocado quando pedir aos meus alunos para observar o princípio *KISS*: seja simples, idiota (*Keep It Simple, Stupid*)? Estarei errado quando lhes peço para que não escrevam tudo o que sabem em suas produções? De fato, não gostaria de ser divertido por um excesso de informações.

Começemos pela política, porque nesse campo podemos chegar a um acordo. Posso afirmar, ainda que pareça um paradoxo, que meus adversários no campo da pesquisa são meus aliados no campo da política. Em minha opinião, há uma conexão entre as duas áreas, ou seja, creio que haja uma ligação de fato, embora desastrosa e não reconhecida, entre as vertentes neoliberais e as perspectivas pós-modernas e pós-estruturais. Como disse o renomado economista egípcio-senegalês Samir Amin (2004, p. 19): “O discurso pós-moderno é um acessório ideológico que, no final, legitima o liberalismo e nos convida a nos submetemos a ele”. Talvez seja difícil aceitar essa afirmação, mas vale a pena refletir a respeito. Do ponto de vista da política, como prometi.

Há alguns anos, o Tribunal de Justiça Europeu decidiu, no chamado caso Ruffert, não mais permitir aos sindicatos exigir salários estabelecidos por convenções coletivas. Um trabalhador polonês na Alemanha, por exemplo, não poderia reivindicar automaticamente o maior nível de remuneração alemão, mas deveria contentar-se com um pagamento inferior à metade do salário previsto pelo acordo coletivo. Esta decisão foi somente a última de uma série que, para apresentar de outra forma, defendeu os direitos de propriedade sobre os meios de produção e os direitos dos empregadores em decidir contra os sindicatos. A imprensa pouco objetou e talvez tenha sido assim porque acabamos tolerando o desmantelamento e o enfraquecimento dos sindicatos. Trata-se de uma longa história, mas, se considerarmos apenas o período entre a primeira crise do petróleo e o golpe no Chile no início

dos anos de 1970, veremos que a economia neoliberal começou, por assim dizer, a sua vingança sistemática, por exemplo, quando Ronald Reagan e Margaret Thatcher iniciaram uma guerra contra os sindicatos e ganharam, os casos mais conhecidos sendo o do sindicato dos controladores de tráfego comercial nos EUA e, no Reino Unido, o do sindicato dos mineiros, com seu ostentoso líder Arthur Scargill.

Este foi o clima em que, sob o pretexto da diversidade dos trabalhadores, da sua crescente individualidade e do seu direito à livre escolha, tornou-se aceitável, na maioria dos países, criar todos os tipos de sindicatos alternativos: sindicatos azuis, amarelos, sindicatos pertencentes a várias convicções religiosas e outros, ou, para colocar em uma linguagem mais familiar: sindicatos como políticas de identidade, já que, aparentemente, a demanda era ter um sindicato para cada identidade! Não estou revelando nenhum segredo ao dizer que esse desenvolvimento foi muito bem recebido pela sociedade empresarial e as organizações patronais.

A questão que então saiu de pauta é que os sindicatos foram criados com a finalidade de estabelecer um poder de enfrentamento, um movimento para fazer frente aos empregadores e ao mercado, a fim de limitar a concorrência salarial *entre* trabalhadores. Não se pode negar que muitos trabalhadores parecem gostar de diversidade e preferir identidades particulares, em termos de agregação de amigos, ou de companheiros de etnia, ou de religião comum, o que tende a ampliar nossa impressão de um mundo complexo e diversificado. Deveríamos, entretanto, deixar de considerar os interesses comuns aos trabalhadores? Uma argumentação responsável apontaria que os interesses comuns servem a um propósito que, de outro modo e para arrependimento de todos, se perderia na diversidade e nas políticas de identidade, ou seja, melhores salários, melhores condições de trabalho, melhores aposentadorias, entre outros, os quais, obviamente, estão ameaçados quando dos sindicatos se multiplicam.

Vou citar o filósofo Brian Barry que, nas discussões sobre multiculturalismo, observa uma proliferação de interesses especiais conducentes a uma política de “dividir para reinar”. Diz ele:

Não há melhor maneira de evitar o pesadelo de uma ação política unificada dos menos favorecidos economicamente, que pode levar a demandas *comuns*, do que colocar os diferentes grupos de pessoas desfavorecidas uns contra os

outros. *Divertir* a atenção de desvantagens *compartilhadas*, como o desemprego, a pobreza, habitações de baixa qualidade e serviços públicos insuficientes é um objetivo obviamente anti-igualitário em longo prazo. Qualquer coisa que enfatize a particularidade dos problemas de cada grupo em detrimento de um enfoque sobre os problemas compartilhados com os outros é, portanto, bem recebido. Se o esforço político é *desperdiçado* na pressão e defesa de privilégios de um grupo especial, não haverá disponibilidade para a mobilização, para ampliar interesses *comuns*. (Barry, 2001, p. 11-12; grifos meus)

Disto resulta que há somente uma maneira, breve e direta, para conduzir a discussões sobre interseccionalidade, diversidade cultural, reconhecimento e outras complicações em relação a como o mundo costumava parecer e ser interpretado. Estas abordagens devem, admito, ser bem recebidas porque exigem que se leve em conta características significativas da vida que, até então, eram desconsideradas. Temos de aceitar estas implicações e procurar uma forma de explicá-las. A educação das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho exigem claramente que seu *status* social seja visto sob uma nova luz, e não seja mais limitado ao registro do dos seus maridos. Um número significativo de chamadas novas identidades foram descobertas, tais como gênero, etnia, sexualidade, saúde física e mental, idade e geração. O problema, que parece ser determinado pelas teorias da interseccionalidade e da diversidade cultural, é saber como combinar diversas identidades, ou como tomá-las todas em conta e em conjunto. Podemos ter certeza, como no caso dos sindicatos, de que as reivindicações por diversidade não nos divertirá do que poderia ser considerado como dimensões mais significativas? Podemos combinar uma série de identidades diversas numa identidade híbrida? E, em caso afirmativo, a que preço? Barry já nos alertou. Temos notícias de vários estudiosos que procuram lidar com essas questões, como, por exemplo, Nancy Fraser, que indica que enfatizar as políticas de identidade e priorizar identidades diversas implica ignorar as questões clássicas da desigualdade de renda. O professor de literatura de Chicago, Walter Benn Michaels, em seu livro *The Trouble with diversity: how we learned to love identity and ignore inequality* (O problema com a diversidade: como aprendemos a amar a identidade e a ignorar a desigualdade), apresenta um confronto nítido e espirituoso entre discursos atuais e não poupa críticas aos partidos de esquerda por terem deslocado os problemas da pobreza para o respeito;

de fato, a pobreza transformou-se em uma identidade em si, que deve agora ser respeitada em vez de liquidada.

Michaels assume uma posição importante sobre as discussões que ocorrem no momento: a desigualdade está sendo esquecida e os pobres, sacrificados, a menos que estejam felizes com o *status* de terem sua pobreza respeitada. Estrategicamente, e talvez até metodologicamente, há uma lição ainda mais interessante para aprendermos, à luz das discussões sobre como pensar as crianças e a infância. Estaríamos, da mesma maneira, perdendo de vista a posição e o *status* comum às crianças quando as visualizamos pelas lentes da diversidade? Temo que este seja realmente o caso, mas gostaria de ampliar as perspectivas de Michaels, Fraser e Barry, que afirmam que a desigualdade econômica tem sido ignorada como resultado das políticas de identidade.

Em princípio, priorizar uma perspectiva tenderá a marginalizar as outras. Embora seja legítimo direito de qualquer pesquisador escolher sua abordagem e seu foco, deve-se estar ciente de que maximizar uma possibilidade leva, necessariamente, a abandonar outras. Escolher uma perspectiva em detrimento de outras é um problema, em primeiro lugar, na política, onde a conseqüente ignorância de outros aspectos pode levar a sentimentos de injustiça, como a acusação de ignorar a desigualdade nos mostra. Na ciência, no entanto, qualquer perspectiva merece autonomia conceitual, ou seja, o direito de ser examinada.

Este direito não significa que todas as dimensões devam ser investigadas simultaneamente. Tenho, por exemplo, problemas para entender a asserção da interseccionalidade de que várias perspectivas podem ser tratadas igualmente, ao mesmo tempo. Minha dúvida a respeito desse recurso alternativo e, aliás, atraente, não está apenas no fato de que a desigualdade econômica é ocultada quando gênero e sexualidade são priorizados. Pois também é muito possível, por outro lado, que questões de gênero sejam sacrificadas quando se dá mais peso às de classe e etnia, ou que priorizar classe e gênero esconda as relações étnicas. Resulta claro que também uma perspectiva geracional permanece oculta quando a preferência é dada a uma perspectiva étnica ou de gênero. Não seria o caso de nos lamentar, mas de concluir que temos o direito, na verdade a obrigação, de escolher um foco e uma perspectiva.

Como indiquei anteriormente, é tentador escolher uma metodologia focada na interseccionalidade e na diversidade cultural. Quanto a mim, duvido que seja frutífero, pois é impossível controlar todos os fatores de identidade envolvidos. Será assim também quando se trata de estudar as crianças ou a infância?

A dedicação à “diversidade da infância” implicará necessariamente considerar uma série de marcadores de identidade, em princípio, infinitos. Em minha opinião, é um caminho duvidoso, porque nos diverte do que é característico da infância como categoria social. De fato, privilegia características que não pertencem nem à infância, nem ao que as crianças partilham com as outras categorias, ou seja, em ambos os casos, as crianças como categoria estão divididas. Vou dar um exemplo.

Há mais de vinte anos, alguns entre nós fizeram um esforço para demonstrar os impactos dessa concepção metodológica sobre as estatísticas da infância. Tornamos claro quão gravemente as estatísticas, como se apresentavam, falharam em retratar crianças porque elas, enquanto categoria, foram repartidas segundo aspectos que não diziam respeito às crianças como tal. Obviamente, não negamos que as crianças também pertencem a determinadas classes sociais, como, por exemplo, o recente livro de Annette Lareau “*Unequal childhoods*” (Infâncias desiguais) demonstra claramente, mas também insistimos que este fato não era útil para considerar as crianças como uma coletividade. Não podemos, a partir de uma *análise de classes*, tirar quaisquer conclusões sobre as crianças como categoria. Isto não é negar as diferenças entre as crianças, mas demonstrar os limites do emprego de um foco – aqui, classe – que antes divide as crianças do que as reúne sob um denominador comum. Tivemos, àquela época, sorte suficiente, nos países nórdicos, para sermos ouvidos pelos serviços de estatística em uma reunião, em 1988, na Dinamarca, e de fato estes passaram a produzir estatísticas dirigidas a essa nova criança. Parece correto afirmar que estatísticas focalizadas na criança não nos diziam muito, a princípio, sobre gênero, etnia, classe etc. No entanto, em primeiro lugar, estatísticas sobre essas outras categorias já estavam disponíveis e, em segundo, é possível adicionar às nossas estatísticas da infância classificações de, por exemplo, gênero, classe, etnia etc. É muito mais difícil, se é que é possível, começar com uma população de crianças divididas e terminar com a coletividade de crianças em relação às outras categorias.

Como o demógrafo norte-americano Samuel Preston afirmou, em sua discussão sobre a pobreza na infância e na velhice, antecipando-se às objeções por não considerar a raça:

Com relação à raça, afirmo que o tema principal aqui é a mudança de *status* das crianças americanas, um grupo que inclui todas as raças. Não vejo mais motivos para separá-las por raças do que para distinguir as nordestistas das sulistas ou discriminá-las segundo qualquer outro identificador comumente usado. (Preston, 1984, p. 451)

A mudança na coleta de dados estatísticos sobre as crianças foi, portanto, muito útil para nos fazer perceber fatos da vida das crianças, como grupo, que não conhecíamos até aquele momento. Na verdade, antes disso – e na maioria dos países, até hoje em dia –, a infância era dividida de modo a torná-la anônima e inidentificável; por que desejávamos voltar a esta situação?

Os estudos sociais sobre a infância com os quais me comprometi, portanto, não devem considerar como tarefa primeira procurar diferenças *entre* crianças, assim como os estudos de classe não devem priorizar as diferenças entre trabalhadores, como já disse. Gosto da tentação de obter uma visão de e sobre todos os recursos e nuances possíveis e imagináveis pelos quais as crianças possam ser descritas. Foi, provavelmente, o desejo de fazer descrições abrangentes ou densas, como também são chamadas, como pré-condição para agir em nome do descrito, que levou Peter Moss e Pat Petrie a fazer uma defesa ferrenha do que chamam de *criança integral* (*whole children* - Moss & Petrie, 2002, p. 100), ou seja, fazer uma descrição holística de cada criança ou preferir a “individualidade” (*personhood*) à “categoria” em sua abordagem tanto sobre as crianças, quanto sobre não crianças.

Não endossaria esse programa, ou melhor, gostaria de saber se os estudos sociais sobre a infância são necessários para investigar e compreender a criança integral; na verdade, e creio que essa era também a intenção de Moss e Petrie, há muitas crianças e cada uma delas é um todo, como afirmam, com “uma história pessoal e relações pessoais”: “encontramos uma infinidade de crianças diferentes, criadas a partir de diferentes discursos: o ‘aluno’, a criança ‘com necessidades’, a criança ‘objeto de atenção’, a criança do ‘desenvolvimento infantil’ e assim por diante” (2002, p. 21). No mesmo livro, há uma citação de Petrie, de um trabalho anterior, que diz:

(...) as crianças ocupam diferentes posições de classe social, diferem quanto à idade, gênero, etnia – e há interações entre tudo isto (...) um filho portador de deficiência não é uma abstração cuja vida acontece somente no contexto da deficiência. Cada criança com deficiência tem uma identidade social complexa. Uma criança com deficiência pode ser negra ou branca, homem ou mulher, ter pais empregados ou desempregados (...). (Petrie, apud Moss & Petrie, op. cit., p. 22-23)

O que podemos compreender a partir disso? Talvez estejamos atribuindo a cada criança características para construir uma identidade pessoal, pois cada criança ocupa várias posições diferentes ou, como dizem, tem uma identidade social complexa. Mas por que eu, como sociólogo da infância, deveria me interessar por esta criança em particular? Isto é bom para um assistente social, por exemplo, que enfrenta uma criança particular e tem a tarefa de ajudá-la a superar alguns problemas sociais; para ele, todas as informações possíveis sobre a criança devem ser recolhidas e avaliadas. Para mim, sociólogo da infância, a maior parte destas informações específicas não passa de ruído, que me desvia de meu objetivo principal, qual seja: focalizar a identidade da categoria infância.

Não discordo do que Petrie diz: as crianças ocupam posições diferentes quanto à classe, à idade, ao gênero e à etnia, mas isto vale também para outros que não as crianças; é, de fato, verdadeiro para todo e qualquer um. Petrie fala de idade, gênero e etnia como se estas categorias tivessem um significado, o que é ponto pacífico, mas ela denega imediatamente este significado ao fazer com que difiram para cada criança. De modo correto, afirma que cada criança deficiente tem uma identidade complexa, negra ou branca, homem ou mulher etc. Mais uma vez é verdade, embora seja também trivial, mas o fato é que não nos diz muito sobre a infância, apenas sobre uma criança em particular. Na verdade, deve haver algum significado em focalizar uma criança deficiente. Pessoalmente, diria que isto nos passa duas mensagens: (1) que lidamos com uma pessoa deficiente – e essa informação nos diz que a pessoa pertence à categoria dos “deficientes” e, portanto, não à categoria dos “capazes”; (2) que se trata de uma criança – e essa informação nos diz que a pessoa pertence à categoria das crianças ou à infância – e, portanto, não está em qualquer outro segmento geracional.

Obviamente, cada deficiente em particular tem uma composição única de marcadores de identidade, exatamente como cada criança em particular. No que esta diversidade pode nos ajudar? De fato, para

essa pessoa singular – seja ela portadora de deficiência ou criança, ou ambos –, cabe maximizar as informações relativas a ela. Por outro lado, não nos tornamos mais competentes para compreender a deficiência ou a infância como categorias, nem como forma estrutural, nem como segmento.

A questão, portanto, é: o que é que queremos obter, política e cientificamente? Deve haver correspondência entre objetivos políticos e abordagens científicas? É a criança que queremos resgatar ou é a infância que deve ser salva? Ou, talvez, seja a diversidade das infâncias que precisa ser protegida contra o violento ataque da uniformidade da infância?

Parece-me que concordamos e discordamos, não apenas entre nós, pesquisadores da infância, mas talvez também dentro do campo da sociologia da infância. Chris Jenks, por exemplo, em editorial do periódico *Childhood*, em fevereiro de 2004, escreveu o seguinte:

A infância não é um bloco unido. Tanto os estudos históricos quanto os comparativos sensibilizam-nos a esta variabilidade, mas isto é apenas o começo. Crianças estão sujeitas a todos os modos de estratificação verticais e horizontais que ainda marcam as identidades e as oportunidades de vida na sociedade moderna, e, em razão da sua posição de impotência relativa, talvez até mais do que outros. Sua diversidade em termos de classe social, gênero, etnia, estado de saúde, nacionalidade, e assim por diante, é ao mesmo tempo complexa e infinita. (Jenks, 2004, p. 5)

Esta citação apoia explicitamente o ponto de vista da diversidade, exceto no que refere às crianças como, talvez, mais sujeitas às diferenças mencionadas do que os adultos, “em razão de sua posição de impotência relativa”, que indica, claramente, uma diferença geracional. A seguir, critica veementemente aqueles que (como eu),

(...) mesmo nestes tempos esclarecidos pela ciência social contemporânea, apresenta[m] uma tendência naturalista a considerar [as crianças] como uma categoria necessária e universal. Há uma necessidade compulsiva de se referir à infância como a um fenômeno unitário; sempre é evocada para descrever alguma coisa compartilhada. (Idem, *ibid.*)

Curiosamente, porém, Jenks parece voltar seu olhar crítico para si mesmo, como se infere da citação de outro editorial, um ano depois, no mesmo periódico, que aponta que

As crianças são desprezadas pelos adultos e estão inexoravelmente sujeitas à lei e, mais particularmente, às políticas da vida adulta (...) os limites estão desenhados. Das arenas fechadas do espaço doméstico até os horizontes infinitos do ciberespaço, as fronteiras são erguidas por uma hegemonia gerontocrática, normatizadas pela disciplina e legitimadas por meio de ideologias de cuidado, proteção e privacidade. (Jenks, 2005, p. 422)

Como se pode notar, aqui, Jenks está batendo na outra tecla. Quando quis confrontá-lo com as mensagens aparentemente conflitantes das duas citações, não me deixou terminar a minha pergunta, e disse: “Sim, concordo, mas acho que tenho o direito de ter opiniões diferentes”. Esta observação me lembrou um ex-primeiro-ministro dinamarquês que, há muitos anos, silenciou um monte de jornalistas que o confrontaram com opiniões contraditórias: “Vocês estão certos, tenho uma opinião até mudá-la”.

Mas Jenks não mudou simplesmente a sua opinião: manteve mais de uma posição ao mesmo tempo. Penso que concordo com ele, pois talvez os pontos de vista tenham sido contraditórios, mas não são antagônicos. Afinal, podem coexistir. Permitam-me repetir a conclusão dos dois editoriais:

- a) Realmente, não devemos falar de infância, mas, antes, de proliferação de infâncias.
- b) Crianças são ignoradas pelos adultos.

Creio que seria presunçoso e mal educado fazer minhas as palavras de Jenks, já que, afinal, ele se coloca claramente ao lado de meus adversários metodológicos. Estou, no entanto, grato por seus esclarecimentos aqui, isto é, se são, de fato, esclarecimentos. Talvez devamos mudar a ordem das suas conclusões e dizer:

- a) Crianças são ignoradas pelos adultos.
- b) Realmente, não devemos falar de infância, mas, antes, de proliferação de infâncias.

Em outras palavras: quando as crianças são ignoradas pelos adultos, as infâncias proliferam! Elas são ignoradas pelos adultos de diferentes maneiras, mas são ignoradas. Como tendência, todas são ignoradas pelos adultos – esta é sua posição estrutural, que não se altera simplesmente porque se pode encontrar casos em que não são ignoradas.

O que importa aqui é, certamente, o fato de que não podemos começar a multiplicar as infâncias até compreendermos o que é infância – e um bom ponto de partida é admitir que as crianças sejam uma coletividade ignorada pelos adultos. Essa proposição, portanto, sugere a adoção de uma perspectiva geracional (cf. Ariès, 1962; DeMause, 1974; Benedict, 1955; Mead, 1972, entre outros).

Como disse, concordamos e discordamos – às vezes entre nós, outras vezes entre a capa e quarta capa de um livro. Vamos ao terceiro exemplo, dos colegas Allison James e Adrian James, em seu livro “*Constructing Childhood*” (Construir a infância), de 2004. Como já argumentei (Qvortrup, 2005), este livro é extraordinário, no sentido de que a primeira parte é dedicada à defesa da tese de diversidade, ao passo que, em minha opinião, sua última e empírica parte, elaborada com base em documentos políticos e administrativos, trai a mesma tese. Em recente artigo no periódico *American Anthropologist*, Allison James apresenta nosso amistoso encontro da seguinte maneira:

Parte do que Adrian James e eu temos chamado de “política cultural da infância” é a necessidade de reconhecer que “as diversidades que distinguem uma criança de outra são tão importantes e tão significativas quanto as semelhanças que possam compartilhar”. Assim, embora Jens Qvortrup (2005) argumente com razão que a infância é um espaço estrutural em toda e qualquer sociedade – e, neste sentido, todas as crianças têm muito em comum –, as maneiras pelas quais as crianças habitam e experienciam esses espaços comuns podem, no entanto, diferir acentuadamente. (James, 2007, p. 266)

Embora tenha certeza de que não vou subscrever o desejo de distinguir uma criança de outra, porque isso conduz a um impasse holístico, aprecio a forma como Allison e Adrian James levam a questão a sério. Em certo sentido, não tenho tanta certeza de que discordemos radicalmente – e não estou dizendo isso para ser educado ou diplomático; na verdade, acredito no debate acadêmico e não em concessões baratas.

Meu principal argumento é que, antes de tomar o caminho da verificação de nossas diversas *infâncias*, precisamos chegar a um acordo quanto ao que é a *infância como categoria*. Infância como categoria pressupõe uma pluralidade de infâncias, que são agrupadas sob a categoria. Em outras palavras, a infância como categoria não se dissolve porque existe uma pluralidade de infâncias; ao contrário, confirma-se por

meio destas. Qualquer categoria é caracterizada ou parcialmente determinada pela categoria oposta ou complementar. É que nos mostram as pesquisas sobre gênero (mulheres e homens), os estudos de classe (proletários e capitalistas), ou as investigações étnicas (indígenas e grupos de imigrantes). A infância é parte de uma ordem geracional, como Leena Alanen utilmente a denominou, que tem a idade adulta como segmento oposto e dominante.

Cada um dos segmentos geracionais pode, em seguida, ser organizado em subcategorias. Assim, se for o caso, permite-se e, na verdade, frequentemente incentiva-se a divisão da infância em infância feminina e infância masculina, infância das classes trabalhadoras e infância de classe média, infância paquistanesa e infância inglesa, entre outras. A questão que se coloca é: esta divisão em várias infâncias é vista (1) como um sinal de diversificação ou (2) como uma confirmação de seu pertencimento ao mesmo segmento em uma ordem geracional?

Cabe ainda dizer que, mesmo que preferamos o modelo da diversificação, teremos, inevitavelmente, de esclarecer, para nós mesmos e para os outros, o que é *infância*. Quando Moss e Petrie, como mencionei, apontam “o ‘aluno’, a ‘criança ‘necessitada’, a ‘criança objeto de atenção’, a ‘criança do desenvolvimento infantil’ e assim por diante” como diferentes discursos, ressaltam a variabilidade, a diversidade, a diferenciação, mas, aparentemente, ignoram o fato de que todas são crianças.

Não é por acaso, porém, que referimos todos estes diversos grupos como crianças, e o fato de assim procedermos obriga-nos a determinar o que se entende por grupos de crianças. O que as diferentes crianças de Moss e Petrie têm em comum é o fato de que são crianças; isso pode ser um fato trivial, mas dificilmente irrelevante; é o denominador comum de todos os subgrupos de crianças e sinaliza, entre outras coisas, que não são jovens, adultos ou idosos. Esta uniformização, que indica que todas as crianças ocupam o espaço social que chamamos de infância, ao mesmo tempo nos leva a buscar um novo quadro comparativo (no lugar daquele que resulta do postulado da diversificação: que as crianças são, acima de tudo, diferentes entre si). Este quadro é, como dissemos, uma *ordem geracional* que inclui a idade adulta ou outros segmentos geracionais como opostos ou complementares.

É notável que um sociólogo estrutural como Arthur Stinchcombe, que duvido tenha qualquer conhecimento sobre os estudos sociais da

infância, não somente utilize crianças e infância como exemplo para ilustrar o que denomina de categorias generalizadas (*pervasive categories*), mas, imediata e quase instintivamente, também entenda o *status* da criança como uma posição contrária à dos adultos. Em outras palavras, adota uma abordagem estrutural. Não é que ignore a diversidade. Na verdade, menciona um bom número de exemplos de pertencimento da criança a *diferentes* instituições, como a escola e a família, o sistema político, o sistema jurídico. Observa ainda que “encontramos certa *variação* nestas instituições quanto a quem, exatamente, é uma criança” (Stinchcombe, 1986, p. 146; grifo meu). Por outro lado, diz ele que,

(...) de alguma forma, essa [variação] perde a essência do *status* de ser uma criança (...). O status de uma criança está generalizado entre as áreas institucionais e é significativamente “coerente” (...). *Embora os detalhes (...) variem entre instituições, o contraste criança-adulto tem aproximadamente o mesmo significado em todas elas. É uma “distinção estrutural”, no sentido de que oferece estrutura para uma ampla variedade de situações superficialmente diferentes.* (Idem, ibid. p. 146, grifos meus)

É interessante observar que Stinchcombe não está dispersando a noção de infância ou de crianças, dividindo essa categoria em subcategorias, como gênero, etnia e classe. Está fazendo exatamente o contrário: está observando a variação e, a partir dela, cria o que chama de *categorias generalizadas*, ou seja, categorias que reaparecem, com significativo sentido, em grande número de contextos – os quais, no que diz respeito à infância, dizem respeito a uma relação com as gerações mais velhas. Ele observa que somos facilmente induzidos ao erro por situações que, a primeira vista, estão em desacordo, mas partilham um ponto comum, qual seja, uma posição subserviente frente aos adultos.

Stinchcombe não usa o conceito de geração, mas, vez por outra, faz distinção entre crianças e adultos, provavelmente porque crianças e adultos são categorias generalizadas e correspondentes, assim como o são mulheres e homens, ou seja, a existência de uma *exige* a outra. Essa é a razão pela qual, mesmo em estudos sobre crianças que não apresentem quaisquer sinais de interesse em geração, pressupõem-se outros segmentos geracionais.

Se qualquer um tentar contornar essa tarefa de definição, o que é possível, estará então realizando pesquisas de gênero, classe ou etnia

e não investigação geracional. Não há nada de errado nisso, mas não contribui para acumular informações sobre a posição estrutural da infância.

Priorizar a diversidade é descartar o reconhecimento da infância como segmento estrutural ou como categoria generalizada, nos termos de Stinchcombe. Trata-se de uma recusa em admitir suas características estruturais comuns, que são profundamente geracionais. Não estou advertindo contra lidar com infâncias plurais, enquanto tais, mas contra fazê-lo sem ter chegado a um acordo quanto ao que a infância é, em termos geracionais.

Recebido em maio de 2010 e aprovado em outubro de 2010.

Referências

- AMIN, S. *The liberal virus*. New York: Monthly Review Press, 2004.
- ARIÈS, P. *Centuries of childhood*. A social history of family life. Vintage: New York, 1962.
- BARRY, B. *Culture and equality: an egalitarian critique of multiculturalism*. Cambridge: Polity, 2001.
- BENEDICT, R. Continuities and discontinuities in cultural conditioning. In: MEAD, M.; WOLFENSTEIN, M. (Ed.). *Childhood in contemporary cultures*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1955. p. 21-30. [Originalmente in: *Psychiatry*, I, n. 2, 1938].
- DEMAUSE, L. The evolution of childhood. In: DEMAUSE, L. (Ed.). *The history of childhood*. New York: Harper and Row, 1974. p. 1-74.
- FRASER, N. Rethinking recognition. *New Left Review*, London, n. 3, p. 107-120, may-june 2000.
- JAMES, A. Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, Flushing, v. 109, n. 2, p. 261-72, 2007.
- JAMES, A.; JAMES, A. *Constructing childhood*. Theory, policy and social practice. Hounsmill, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

JENKS, C. Editorial: many childhoods?. *Childhood*, Trondheim, v. 11, n. 1, p. 5-8, 2004.

JENKS, C. Editorial: journeys into space. *Childhood*, Trondheim, v. 12, n. 4, p. 419-424, 2005.

LAREAU, A. *Unequal childhoods: class, race and family life*. Berkeley: University of California Press, 2004.

MEAD, M. *Culture and commitment*. A study of the generation gap. Herts: Panther Books, 1972.

MICHAELS, W.B. *The trouble with diversity: how we learned to love identity and ignore inequality*. New York: Metropolitan Books Henry Holt and Co., 2007.

MOSS, P.; PETRIE, P. *From children's services to children's spaces*. Public policy, children and childhood. London; New York: Routledge; Falmer Press, 2002.

PRESTON, S.H. Children and the elderly: divergent paths for America's dependents. *Demography*, v. 21, n. 4, p. 435-457, 1984.

QVORTRUP, J. *The little 's' and the prospects for generational childhood studies*. Paper presented at the Childhoods conference, University of Oslo, June 29-July 3, 2005.

STINCHCOMBE, A.L. The deep structure or moral categories, eighteenth-century French stratification, and the Revolution. In: STINCHCOMBE, A.L. *Stratification and organization*. Selected papers. Cambridge University Press: Cambridge, 1986. p. 145-173.